

Médicos e frades pelos caminhos de goiás (1883-1912)

Caixeta, Vera Lucia

Veröffentlichungsversion / Published Version
Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Caixeta, V. L. (2014). Médicos e frades pelos caminhos de goiás (1883-1912). *Revista Desafios*, 1(1), 25-42. <https://doi.org/10.20873/ufv.2359-3652.2014v1n1p25>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier:
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.de>

Terms of use:

This document is made available under a CC BY-NC Licence (Attribution-NonCommercial). For more Information see:
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

MÉDICOS E FRADES PELOS CAMINHOS DE GOIÁS (1883-1912)

DOCTORS AND FRIARS FOR WAYS OF GOIÁS (1883-1912)

Vera Lucia Caixeta
Universidade Federal do Tocantins - UFT

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o cotidiano das viagens de médicos e frades pelo antigo norte de Goiás, entre 1883-1912. No momento em que instituições médicas e religiosas enviavam seus mais renomados representantes para o interior do Brasil, as narrativas de Artur Neiva e Belisário Penna (médicos/cientistas da Fundação Oswaldo Cruz) e dos frades dominicanos revelam a diversidade que constitui os brasileiros e as dificuldades enfrentadas pelos viajantes nos caminhos de Goiás. A partir da utilização de autores da história e da sociologia discutimos, inicialmente, os “caminhos” da pesquisa, ou seja, como transformar os restos do passado em documentos e analisá-los com propriedade. Concluimos que o olhar do narrador está marcado pelo seu tempo e pelo seu “lugar de fala”, mais precisamente, pelas instituições que ajudaram a organizar as viagens e legitimaram suas publicações.

Palavras-chave: Médicos, Frades, Goiás.

ABSTRACT

This study aims to analyze the daily trips of doctors and friars by former northern Goiás, between 1883-1912. At that moment religious and medical institutions sent their most renowned representatives to the interior of Brazil, the narratives of Arthur Neiva and Penna Belisario (doctors / scientists of the Oswaldo Cruz Foundation) and the Dominican friars reveal the diversity that makes the Brazilians and the difficulties faced by travelers in the ways of Goiás based on the authors use of the history and sociology discussed initially, the "paths" of the research, ie, how to transform the remains of past documents and analyze them properly. We conclude that the gaze of the narrator is marked by its time and its "place of speech", more precisely, by the institutions that helped organize the trips and legitimized their publications.

Keywords: Medical, Friars, Goiás.

Recebido em 11/09/2014. Aceito em 10/11/2014. Publicado em 14/01/2015.

INTRODUÇÃO

Como ensinou Marc Bloch, ao tratar dos testemunhos da história, devemos prestar mais atenção não apenas ao que o texto diz, mas “ao que ele nos deixa entender, sem haver pretendido dizê-lo” (Bloch, 2001, p.78). Assim, “lendo o explícito ou o implícito, o declarado ou o silenciado, o afirmado ou o proibido, o incluído ou o excluído, o objetivado ou o lacunar

[...]” (Catroga, 2011, p.113), os *rastros* ou *traços* passam a *documento*, exatamente, quando começam a ser historiograficamente analisados.

Nosso recorte procedeu dos próprios *rastros* e *traços* deixados por médicos e frades, que percorreram Goiás, entre o final do Império e início da República, especificamente, entre os anos de 1883 e 1912. Dos dominicanos franceses, utilizamos a primeira narrativa, fruto de uma “viagem de missão” em 1883, de Frei Berthet – ele percorreu o antigo norte de Goiás, em comitiva organizada pelo bispo de Goiás - acrescidas das narrativas de dois visitantes dominicanos, Frei Gallais e Frei Tapie no início do século XX.¹ Dos médicos/cientistas utilizamos a narrativa de Arthur Neiva e Belisário Penna, do Instituto Oswaldo Cruz que percorreram Goiás, em 1912, experiência registrada no livro *Viagem Científica Pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás* constituído pelo diário de viagem, pelo relatório científico e por mais de uma centena de fotografias.

Através desse *corpus* documental buscamos dar intelegibilidade aos desafios enfrentados por médicos e frades pelos antigos caminhos de Goiás. Ciente da natureza lacunar e indireta do acesso a essas experiências de viagens compartilhamos da ideia de que essas matérias da memória coletiva e da história são documentos/monumentos, como definidos por Le Goff (2003). Ora, se o monumento é uma herança do passado, construído estrategicamente para perpetuar a recordação, por aqueles que num dado momento detinham o poder, o documento é, ele também, uma elaboração carregada de intencionalidade. De acordo com Le Goff (2003, p.538), o documento é fruto “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe documento-verdade. [...]”.

Não se trata aqui de considerar as narrativas de médicos e frades como falsas. Mas a compreensão do documento/monumento rompe com o equívoco de tratar os *restos* ou *traços* como reflexo fiel do passado e possibilita vê-los como uma prática social exercida dentro de determinadas condições de produção. Assim, elas não são o “retrato” fiel do passado, pois envolvem seleção, interpretação e distorções. Logo, quando olhamos para uma narrativa devemos atentar para aquilo que ela nos revela – qual imagem do passado ela quer propagar – e o que quer esconder. Não podemos fazer o papel de ingênuos e comprar barato a “verdade” que o

¹ Estevão Gallais nasceu na França em 1851 e morreu no Brasil em 1907, com apenas 56 anos. Em 1888, foi designado Visitador extraordinário da Missão Dominicana no Brasil. Ao regressar à França, foi eleito Provincial da Província de Toulouse, em 1890. Foi eleito mais três vezes para o mesmo cargo, que tinha duração de 4 anos (1894, 1902 e 1906). No intervalo entre o segundo e o terceiro mandato, voltou ao Brasil como Visitador. No total, fez 4 visitas canônicas ao Brasil. Ver: SANTOS, Edivaldo Antonio dos. *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins: Fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil (1881-1930)*. p.43-48.

narrador quer nos empurrar, então, é preciso analisar as condições de produção dos “documentos-monumentos”.

Um dos caminhos é associar o narrador ao lugar institucional. Ele direciona o olhar, seleciona o que deve ser ressaltado e o que deve ser excluído. O olhar do narrador não é apenas o de um sujeito, mas o de um “lugar de fala” que estabelece suas regras e cria suas condições de existência. Assim, por mais que existam pessoas com bócio em Goiás – o que é de fundamental importância para comprovar a tese da ampla presença da doença de Chagas, o Brasil “o imenso hospital”, defendida por Neiva e Penna – para os frades, ao contrário, seus olhares estão direcionados para as práticas religiosas dos católicos. Elas são prioridade, exatamente porque cabe a eles, em nome da instituição, recuperar a autoridade eclesiástica no interior do país.

Consideramos que os médicos/cientistas e frades dominicanos estavam situados em “campos” de saber e poder específicos, eles eram os “porta-vozes autorizados” das suas referidas instituições. Nessa concepção, a comunicação implica, fundamentalmente, em relações de poder simbólico. Para Bourdieu: “o poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras (...) constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia da delegação de que ele está investido” (2008, p.87). Logo, o narrador representa uma delegação, fala em nome de um grupo, “comanda o acesso que lhe abre a língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima” (Bourdieu, 2008, p. 87). A eficácia dos discursos dos médicos/cientistas e dos frades passam tanto pela capacidade daqueles que o pronunciam quanto pelo prestígio das instituições que os autorizam a pronunciá-los.

Como já ensinou Marc Bloch (2001, p.55), o objeto de estudo dos historiadores são os homens no tempo. Através da leitura da bibliografia e das próprias fontes devemos situar o contexto histórico em que nossas narrativas foram elaboradas. Ora, desde o final do regime imperial (1822-1889) e, principalmente, durante a Primeira República (1889-1930), a Igreja católica e o Estado enviaram seus representantes ao interior do país. Naquele momento de redefinição da sociedade brasileira, enquanto o Estado queria conhecer e integrar os brasileiros à nação imaginada, a Igreja procurava fixar diretrizes e normalizar as atividades ligadas ao serviço da religião, romanizar os procedimentos pastorais, litúrgicos e devocionais.

Com a separação ente Igreja e Estado e a Proclamação da República (1889-1930), a instituição eclesiástica busca ampliar as formas de controle sobre os padres nacionais e os

leigos.² Aumentou-se a entrada de ordens e congregações estrangeiras no Brasil, criou-se novos bispados e paróquias, enfim, reestruturou-se a parte administrativa da Igreja e, com isso, passou-se a cobrar dos bispos e dos padres maior responsabilidade pela administração das paróquias e dos bispados. O bispo, além de ser obrigado a residir pessoalmente na sua diocese, precisava visitar regularmente as paróquias de maneira a não ficarem mais de cinco anos sem sua vistoria. “Consiste a visita numa inspeção de pessoas e dos lugares de culto, assim como um controle da administração temporal” (Pacaut, 1966, p.47).

O surgimento do Estado laico foi recebido “com um duplo e contraditório sentimento pelos representantes da Igreja Católica: alívio e apreensão” (Hermann, 2003, 123). Se, por um lado, a Igreja perdeu os privilégios de uma religião de Estado, por outro, ganhou liberdade de ação para multiplicar suas dioceses e paróquias, criar seminários, trazer padres e religiosos estrangeiros. Ocorreu uma “verdadeira avalanche de novas congregações tanto masculinas como femininas” para o Brasil (Beozzo, 1992, p.201). Entre elas e antes mesmo do fim do Império (1822-1888), veio a Ordem dos Frades Pregadores ou dominicanos.

A *Ordo Praedicatorum* (OP), fundada por Domingo Gusmão, na França em 1216, chegou ao Brasil em 1881. Sua presença em Goiás foi uma resposta à política impulsionada pela Santa Sé de incentivar a expansão das Congregações religiosas católicas para fora da Europa, como fruto da necessidade das dioceses no Brasil e da própria situação vivida pela Ordem, que havia sido expulsa da França e se encontrava na Espanha.³ Naquele momento, o bispo de Goiás, D. Cláudio Gonçalves Ponce de Leão (1881-1890) convidou os dominicanos para sua diocese que, até no último decênio dos oitocentos, incluía também o “Triângulo Mineiro”. Por isso, Uberaba-MG foi a cidade escolhida para ser a sede dos dominicanos no Brasil, a porta de entrada dos missionários em Goiás.

Várias expedições científicas também adentraram o interior do Brasil, entre o final do Império e na Primeira República (1889-1930). Entre elas, a de Artur Neiva e Belisário Penna, dois médicos-cientistas da Fundação Oswaldo Cruz que percorreram o nordeste e Goiás, em 1912.⁴ De acordo com Nicolau Sevcenko (2003, p.96-137), uma das características mais

² A Igreja no Brasil contava em 1891 com apenas com 12 dioceses, porém, com o fim da união Estado e Igreja teve início o processo de expansão das dioceses. Assim, em 1900, já havia 17; em 1910, 33, em 1920, 58. Ver: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Presença da Igreja no Brasil*. São Paulo: Giro, 1977.

³ O movimento revolucionário francês de 1789 perseguiu as Ordens e Congregações religiosas, entre elas a dos dominicanos. Com a vitória da revolução e da concepção de vida secular, elas tiveram suas propriedades confiscadas e seus conventos fechados. No final do século XIX, 1880, os dominicanos foram expulsos da França. Ver: SANTOS, Edivaldo Antonio dos. *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins* (1881-1930): Fundação e Consolidação da Missão Dominicana no Brasil. Dissertação de Mestrado: UFG, 1996. p.14-32

⁴ Nísia Trindade Lima encontrou 09 (nove) expedições científicas enviadas ao interior pelo Instituto Oswaldo Cruz, entre 1909-1922. Além dessas expedições, ela lembra a viagem de Euclides da Cunha a Canudos e o

marcantes da tradição intelectual brasileira, na passagem do século XIX para o XX, era o intenso desejo de reinventar a nação. Os empreendimentos científicos produziram um conhecimento sobre extensas áreas e colocaram o Brasil urbano e republicano da capital transformada em “cartão postal”, em confronto com o Brasil rural dos sertões.⁵

A inspiração para tratar das viagens de médicos e frades, pelos antigos caminhos de Goiás, surgiu da leitura do capítulo “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”, no livro *História da Vida Privada no Brasil* organizado por Laura de Mello e Souza. Ela ressaltou a capacidade dos colonos da América portuguesa na improvisação de novas formas de sociabilidade e de privacidade, além de tentarem burlar as condições adversas e preservarem a normalidade da vida. Também consultamos o clássico *Caminhos e Fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda, no qual ele trata da capacidade de adaptação dos bandeirantes paulistas frente às condições adversas nos caminhos e nas fronteiras da América colonial portuguesa.

Enfim, ao repensar a noção de documento, visto como “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”, como afirma Le Goff (2003. p.536), também devemos reconhecer a intensão estratégica do historiador. Ou seja, se nada do que ficou de vestígio do passado não o foi inocentemente, nossas escolhas, recortes e seleções também não o são. É a partir do presente e dos problemas do atuais que olhamos para o passado. Nega-se, assim, a impossibilidade de uma produção objetiva desse passado. Porém, como resalta Certeau, a história é um discurso controlado por um corpo de enunciados “científicos” e, como tal, se abre à “possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitem controlar operações proporcionadas à produção de objetos determinados” (Certeau, 1993, p.68). Existem as regras do ofício e ao segui-las, garantimos a cientificidade da produção historiográfica.

O PLANEJAMENTO E O IMPROVISO NAS VIAGENS DE MÉDICOS E FRADES

impacto de *Os Sertões* sobre os intelectuais; as de Cândido Rondon na construção das linhas telegráficas em Mato Grosso, Amazonas e Acre; as da Comissão Geológica de São Paulo; a do astrônomo Louis Cruels ao Planalto Central, em 1892, visando à demarcação do local das futuras instalações da futura capital. Ver: LIMA, Nísia Trindade. Missões Civilizatórias da República e Interpretações do Brasil. *Hist. Ciên. Saúde-Manguinhos* [on line]. Vol.5, suppl. 1998. p.164-188

⁵ Na produção acadêmica brasileira sertão aparece, normalmente, associado à ideia de oposição a “região colonial”, espaço não colonizado ou então, espaço distante do poder público e dos projetos modernizadores. A esse respeito ver: MELLO, Ceres Rodrigues. O sertão nordestino e suas permanências (séculos XVI-XIX). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Vol.148, n.356, jul/set. 1987, p.283-311. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

Todo brasileiro, sobretudo no norte, nasce bom cavaleiro e excelente nadador. Ai de nós! Não é a mesma coisa para o missionário que vem da França.

Frei Tapie, 1921.

Uma das principais preocupações de quem desejava viajar pelo Brasil Central, em especial, por Goiás, antes da construção das ferrovias, rodovias ou aerovias consistia na preparação da viagem. Era necessário comprar e preparar uma tropa, contratar os “camaradas” e os provimentos necessários.⁶ Para cada homem integrado à expedição tinha que providenciar o animal e a montaria correspondente, além dos muares destinados ao carregamento da carga. Tudo deveria ser cuidadosamente previsto, inclusive a alimentação, ou como se dizia na época, “as provisões”. Elas eram bem triviais: carne seca, feijão preto, arroz e farinha de mandioca. Enfim, as viagens era um acontecimento que exigiam providente preparação.

A primeira experiência de viagem realizada por um dominicano ao norte de Goiás foi feita pelo missionário francês Frei Berthet. Através de sua narrativa é possível conhecer melhor o modo como viajavam as autoridades eclesiásticas na época e os desafios enfrentados por quem enfrentava os antigos caminhos de Goiás.

Michel Berthet acompanhou D. Cláudio na sua visita pastoral ao norte de Goiás, entre 16 de maio a 21 de novembro, de 1883.⁷ Como afirma Pecaú (1946, p.47): A visita consiste “numa inspeção de pessoas e dos lugares de culto, assim como o controle da administração temporal”. O bispo de Goiás, no cumprimento de suas obrigações episcopais, percorreu toda a sua diocese e “mapeou” a quantidade e a qualidade do clero, além da situação da administração das paróquias e do seu patrimônio. Frei Berthet foi incluído na comitiva ao

⁶ Os diversos significados atribuídos à palavra *camarada* foi apresentado por Frei Tapie, um visitador dominicano que percorreu os conventos de Uberaba, da Cidade de Goiás, de Porto Nacional, de Conceição do Araguaia e de Formosa, em 1911: “Seu significado é ao mesmo tempo: guia, companheiro, despenseiro, caçador, peão, canoieiro, cozinheiro, enfermeiro, cirurgião, sacristão e coroinha. Na verdade é tudo isso e desempenha muito bem as suas múltiplas funções. Durante a viagem tudo depende dele e contra a sua vontade o mais autoritário e apressado não passa à sua frente. Se ele não faz nada tudo para e está comprometido. Apesar de ser remunerado é mais que um empregado, no sertão, na mata, nos grandes rios e em qualquer necessidade o *camarada* torna-se para o padre, um amigo leal e devotado com quem se pode contar sem medida e em qualquer ocasião não hesitará em sacrificar-se para servir-lhe”.s TAPIE. H. *Feuilles de Route d'un missionnaire chez les peaux-rouges*. 2 ed., s. ed., 1921. p.13.Tradução livre.

⁷ O roteiro da viagem incluía trajeto por terra da cidade de Goiás até Leopoldina (Atual Aruanã) e por água, descendo o Rio Araguaia até São Vicente, em seguida, pelo Rio Tocantins até Boa Vista (Atual Tocantinópolis), esticaram até Carolina, de onde subiram o Tocantins até Porto Imperial (Porto Nacional) e retornaram, por terra, até a cidade de Goiás. Ver: BERTHET, Michel L. Uma viagem de missão pelo interior do Brasil. In: *Memórias Goianas*. Goiânia: UCG, 1982. p. 116

norte de Goiás, ele registrou o cotidiano da viagem e o comportamento do clero e dos fiéis nas diversas paróquias visitadas. São vinte paróquias assistidas por doze sacerdotes, além de um projeto de catequese indígena, nas margens do rio Araguaia e Tocantins, sob a responsabilidade de dois missionários capuchinhos (1982, p.109-170).

De acordo com Berthet, a comitiva do bispo de Goiás, contou com manifestações de hospitalidade por parte de vários habitantes do interior.⁸ Fazendeiros goianos ricos e pobres, avisados com antecedência, recepcionaram o bispo e sua comitiva constituída por sete pessoas: “Chegamos a uma fazenda e aceitamos uma xícara de café que nos ofereceram gentilmente”. Ou ainda: “Chegamos à casa do Sr. Lino que nos dispensou a melhor acolhida. Apresentou-nos sua numerosa família (creio que tem 18 filhos) e põe sua casa à nossa disposição” (Berthet, 1982, p.16). Frei Berthet ressaltou também as dificuldades da viagem, os rigores do sol, das tempestades, dos difíceis e distantes caminhos a percorrer, a lentidão dos deslocamentos e a ausência de privacidade durante a longa jornada de um mês até chegar ao norte de Goiás.

Antes de iniciar a viagem era preciso estabelecer o roteiro e preparar a tropa. De acordo com o Frei Tapie, o segundo visitador dominicano no Brasil, logo se criou em Uberaba a fama dos dominicanos como compradores de burros. Frei Reginaldo, considerado um ótimo cavaleiro, se cercava de auxiliares experimentados para a compra e adestramento da tropa:

Para quem não conhece não há diferença entre o bom e o mau burro, sobretudo quando o peão o monta e o galopeia com a espora e o coloca na marcha que ele quer. Contudo, logo que chegam os frades, examinam os dentes, as orelhas, os olhos, as pernas e até o pêlo do animal. Montam em cada um fazendo pegar o passo da marcha, de carga, de trote e de galope. Aí podem estar seguro se eles compram o burro é porque é bom.

[...]

Completa a compra da tropa era ainda preciso cuidar dos arreios e cada dia aparecia mais uma peça que faltava e era indispensável: sela, freio, chicote, estribo, cabestro, mochila, correias, cordas para amarrar a carga, couro de boi para cobri-la, peias para a noite, etc. [...] Acabada de formar a tropa, arreada e organizada com sua *madrinha*, é preciso ferrar os burros e marcá-los com ferro em brasa, com a marca do novo proprietário. (Tapie, 1921, p.11-12)

⁸ A caravana do bispo era composta de um padre diocesano, um religioso dominicano, um empregado dedicado ao serviço do bispo, dois soldados, além de dois “camaradas” encarregados da condução e cuidado com a tropa. Esta contava com vinte burros ou cavalos, a maioria destinada a carregar “malas, tendas, camas de campanha, utensílios de cozinha, víveres, enfim, de uma provisão bastante considerável de objetos de piedade, hóstias e vinho para missa”. Ver: BERTHET, Michel L. Uma viagem de missão pelo interior do Brasil. In: *Memórias Goianas*. Goiânia: UCG, 1982. p. 116

Todo o planejamento realizado buscava garantir uma boa viagem e reduzir as chances do imponderável. No dia de iniciar a partida era aquela correria, era necessário encontrar os camaradas, buscar os animais, prendê-los, selá-los e colocar sobre eles as pesadas cargas. Porém, enquanto os animais mais velhos “aceitam com resignação [a carga], não deixando no entanto de franzir o cenho e fazer caretas, ao passo que outros, os novos, se recusam abertamente a recebê-la, escoicinhando, pulando, não cedendo senão a ameaças e a golpes” (Tournier, 1942, p.69). Além disso, as cargas não podiam ser encaixadas aleatoriamente, pois precisavam ser localizadas facilmente durante a viagem. Assim, além de serem etiquetadas - as malas ou sacos - precisavam ter um peso equivalente, pois, parte ficaria do lado direito e outro do esquerdo das cangalhas.

Se os animais jovens não aceitavam de bom grado suas cargas, também nem todos os homens estavam acostumados a montar. Era preciso colocar a carga mais valiosa em animais mais velhos e o mesmo com relação aos inexperientes viajantes. Para o primeiro visitador dominicano Estevão Gallais, o lado prosaico dessas viagens era ser obrigado a “montar uma velha mula de aparência vulgar, de ficar estupidamente escanchado em seu dorso de oito a dez horas por dia[...]” (1954, p.118-19). Realmente, devia ser difícil para os frades enfrentar uma marcha diária, no dorso de um animal, durante um mês. Todavia, não podemos nos esquecer que a associação entre missão e sacrifício contribuía para fortalecer a imagem da ordem religiosa que enviava seus frades para o interior do Brasil.

Inicialmente, os burros e mulas jovens davam muito trabalho e podiam atrasar a partida, como ocorreu na expedição de Arthur Neiva e Belisário Penna. O ponto de partida das expedições do Instituto Oswaldo Cruz era o Rio de Janeiro.⁹ Eles formaram sua tropa entre Petrolina, em Pernambuco e Juazeiro na Bahia, com 36 animais, dos quais 26 eram burros de carga. Seis “camaradas” foram contratados. Além dos víveres, os médicos levaram material de farmácia, camas de campanha, redes, lanternas e tudo o mais que achavam necessário para

⁹ Neiva e Penna saíram da capital federal em 18 de março de 1912 e foram de vapor até o Estado da Bahia. Partiram de Salvador de trem até Juazeiro e a partir dali, toda a viagem “pelo sertão” foi feita em lombo de burros. Os médicos atravessam o rio São Francisco, entram em Petrolina e sobiram até São José da Canastra. Eles percorreram o interior do Estado do Piauí, passando por São Raimundo Nonato, Paranaguá, Anjico, Brejinho e penetraram novamente na Bahia, em Formosa, de onde se dirigiram para São José do Duro (atual Dianópolis), em Goiás, e seguiram para Porto Nacional. Eles iniciaram o retorno até sua capital, depois se dirigem para Ipameri. De trem, passaram por Minas Gerais, São Paulo e regressaram ao seu ponto de partida, ao Rio de Janeiro, em 25 de outubro. Enfim, Neiva e Penna percorreram partes do Nordeste e Goiás utilizando caminhos e rotas já historicamente traçadas e percorridas. Ver: NEIVA, Arthur e PENNA, Belisário. *Viagem Científica Pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás*. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999.

a viagem. Ainda assim, os imprevistos surgiam a todo o momento, como o “estouro da burrada” e a fuga de animais:

Quando montamos, e os *camaradas* soltaram os burros de carga das estacas para nos pormos em marcha, foi um desastre, uma *epopéia*. Os burros de carga desembestaram para todos os lados aos saltos e aos coices, atirando ao chão as cargas, arrebrandando os *arrochos*, quebrando cangalhas numa fúria infernal. O chefe da nossa tropa havia comprado burros, quase todos novos, de proprietários diferentes, não habituados uns aos outros (*não amadrinhados* entre si). Além disso, estavam muito descansados, tendo permanecido mais de 10 dias *amilhados* em uma excelente manga (pastagem fechada). Tivemos de pegá-los um a um, de reparar as cangalhas [...], arrumar tudo de novo, e somente as 3 horas podemos partir de novo, para percorrer apenas 3 quilômetros em duas horas, repetindo-se nesse pequeno percurso os *estouros* da burrada (Neiva e Penna, 1999, p.185).

Não devia ser fácil comprar e arriar animais, em número e qualidade suficiente para os viajantes e as cargas a serem transportadas. A inclusão de burros novos na tropa exigia que eles fossem domados. Assim, nos primeiros dias os animais pareciam mais agitados, aceleravam a marcha e se negavam a seguir na trilha, também os camaradas ainda não estavam acostumados com os animais, por sua vez, os cavaleiros inexperientes pareciam vítimas fáceis de acidentes. Frei Gallais – o primeiro visitador dominicano em Goiás - em carta enviada aos noviços franceses, fez uma associação entre a “doma” de uma mula com a formação de um frade. Tal analogia pode ser entendida também como estratégia a ser utilizada pelos missionários dominicanos com os sertanejos e índios, ou seja, a resistência inicial deve ser esperada, porém, a vitória será “naturalmente” do “domador”:

Procedeu-se de início à tomada do hábito.[...] um arreio novo,[...]. Nossa noviça pareceu apreciar pouco, antes de tudo a austeridade da veste que lhe punham ao dorso, [...] quando ela percebeu que o cilício lhe apertava as costelas, fez triste figura. Mas, Mestre Artur soube chamá-la à razão e, fazendo da necessidade virtude, nossa mula noviça se submeteu. [Ela receber de seu domador o nome Bicicleta]

[...]

Desde o primeiro dia, Bicicleta quis mostrar zelo, e em vez de marchar com passo tranqüilo, levando suavemente sua carga, ela se pôs a correr, a ir a trote como os animais de sela. [...] Também, o que aconteceu? No fim de algumas horas, Bicicleta está esgotada, não se agüenta mais. Então, ela acha muito natural parar, e mesmo, ó vergonha! De se deitar no caminho. Mas Artur não pensa assim, e é então que as chicotadas chovem como granizo. Após ter machucado mais depressa que se queria, Bicicleta, faz-se de preguiçosa e só avança a força de chicote (Gallais, 1954, p.14-16).

Os cavalos, burros, mulas e éguas eram nomeadas de acordo com as características do animal ou da vontade de seus donos. Nomear é, pois, estabelecer um domínio. Entretanto, mesmo nomeados e “domados” os animais ainda ensaiavam suas fugas. Durante a viagem, a tropa precisava ser vigiada e suas possibilidades de evasão, diminuídas. Inicialmente, cada animal tinha de se acostumar a seguir uma liderança, “a madrinha” e a marchar no ritmo dela, sejam “animais de sela” ou “animais de carga”. Apesar disso, alguns animais, como a Bicicleta, teimavam em não reconhecerem rapidamente a autoridade sob a qual deveriam submeter-se, queriam marchar no seu próprio ritmo. Além do chicote e das esporas, os cavaleiros contavam com as pernas, mãos e com a própria voz para diminuir a rebeldia dos recalcitrantes.

Neiva e Penna ferraram os animais da sua tropa, composta de 26 burros de carga e mais dez para montaria. “Todos foram *ferrados* com a marca C. M. (Comissão Médica)” (1999, p.185). Também as cangalhas do norte, consideradas fracas e pequenas, foram adaptadas ao modelo mineiro: “adicionando-lhes mais uma silha, e colocando-lhes peitoral e retranca. Além disso, encheram-se mais os *suandouros* com paina de *cabeça de frade* e melhorando os *costais*” (1999, p.185). Durante a viagem foi necessário reforçar e melhorar as tralhas usadas para arriar a tropa e adaptar o sistema de peias para diminuir suas fugas noturnas. Mesmo assim, com os muares “*peados* das mãos e uma pata [...] na manhã seguinte, faltavam oito, que foram encontrados a grandes distâncias, dois deles no ponto de partida. Um não foi encontrado”(1999, p.186).

Os imprevistos estão presentes durante toda a viagem dos médicos viajantes. São animais extraviados, malas arremessadas, caminhos equivocados, dificuldades de compreensão das informações sobre distâncias a percorrer, etc., além disso, temos alguns imprevistos mais improváveis, como: “perdemos o barômetro, devido ao desabamento da *varanda*, onde havíamos estendido as nossas redes”. Pudemos, enfim, tomar banho, “o que não fazíamos há dias por falta d’água para este *mister*”(1999, p.190). Segundo os médicos: “O pior, porém, da festa, são os imprevistos nesses *fundões* de sertão árido e ingrátíssimo. Felizmente é ótimo o estado moral de toda a comitiva”(1999, p.190). Ora, manter elevado “o estado moral” da comitiva diante da falta de comida, de água e de um bom local para repousar não deve ter sido tarefa fácil.

Como médicos-cientistas, Neiva e Penna deviam não apenas fazer um levantamento sobre as condições de vida e saúde da população em parte do Nordeste e Goiás, eles também levaram remédios para distribuir. Eles fizeram questão de registrar: “Montamos o laboratório

e a farmácia e durante 9 dias trabalhamos como mouros”(1999, p.194). Depois de tantos dias estabelecidos numa localidade era difícil levantar acampamento, a tropa engordava. Era preciso “acordar o cozinheiro às 4 horas para preparar o almoço e o café, e os camaradas para pegar os burros e arrumar as cargas. O almoço fica pronto para o ponto de chegada. O café é tomado com bolacha ou requeijão” (1999, p.203).

Durante as viagens era necessária a manutenção de uma rotina. Esse mínimo de normalidade da vida também foi registrado por Berthet (1982, p.125): “Aqui também é preciso levantar de madrugada, pois nosso regulamento é invariável”. Acostumados a “tirar uma sesta” depois do almoço, o frade não podia fazê-lo durante a viagem. Porém, os horários de levantar, de celebrar, além da obrigação de rezar o santo ofício continuavam. Durante uma missão em Leopoldina, o bispo e os frades seguiam horários rígidos:

Durante oito dias, pregamos a missão a esta pobre gente. Eis como foi nosso horário. Às três e meia da madrugada levantamos. Às quatro, celebramos a santa missa, seguida imediatamente pela do bispo. Após, sermão, café da manhã, confissões, almoço e mais ou menos a uma hora, ensino catequético às crianças. À tarde, após o jantar, sermão e confissões (Berthet, 1982, p.121).

Estabelecer um roteiro e manter certa regularidade da marcha era um ideal perseguido durante as viagens, mas nem sempre plenamente alcançado. Comissões médicas/científicas ou religiosas tiveram que resignar-se diante da morosidade das viagens por Goiás. Uma das principais razões da sua lentidão era a própria inexistência de estradas. Os tais “caminhos reais, que ligavam as cidades, não passavam de trilhas traçadas pelo gado e pelos pés dos homens, que desapareciam no cerrado e no interior da mata virgem” (Paternostro, 1945, p.203). Diante do imponderável um velho missionário dominicano costumava dizer “Sairemos bem cedo, se Deus quiser e... os animais também” (Audrin, 1963, p.97).

Nas viagens pelos rios também aconteciam imprevistos. A comitiva do bispo de Goiás, D. Cláudio, permaneceu em Leopoldina por oito dias pregando as “santas missões” e preparando a viagem pelo Rio Araguaia. No dia da partida, toda a população foi à praia se despedir. O bispo distribuiu a benção aos presentes. Às seis horas da manhã o barco levantava âncora. O vapor avançava velozmente. Mas, de repente o barco parou, preso num banco de areia. “Piloto, marinheiros, todos se lançam na água para desencalhar a embarcação. O mecânico põe sua máquina em movimento. Vãos esforços. Os remos batem na água e na areia, mas o vapor não avança[...]” (Berthet, 1982, p.124). Então foi necessário trocar de barco, “fazer a baldeação”, para prosseguir a viagem. Novamente ocorreu “encalhamento” do barco e o frade, frustrado, anotou: “Em vão, distribuímos aos marinheiros frequentes copos de

aguardente, empregamos toda a força do vapor [...]. Há que esperar até amanhã” (1982, p.126). O planejamento e os esforços físicos dos marinheiros sucumbiram frente ao imponderável: os bancos de areia do Rio Araguaia.

A HOSPITALIDADE PELOS CAMINHOS DE GOIÁS

Quantas proações para o viajante recém-chegado da Europa! Sol abrasador. Chuvas torrenciais, ribeirões cheios e sem pontes, refeições escassas, invasões nojentas de baratas na choupana, de carrapatos nos pousos do mato, de micuins, de formigas do fogo e de bichos de pé! [...] além de onças e jacarés.

Audrin, 1946.

Expedições científicas ou religiosas dependiam da hospitalidade dos goianos durante suas viagens. Para médicos e frades, era sempre bem vindo o “pouso”, acompanhado de uma refeição oferecida pelo fazendeiro ou sitiante; o pasto para os animais, o reforço de suprimentos para a viagem, além das orientações sobre o melhor caminho a seguir. Certamente, os missionários tinham maior prestígio no interior do Brasil, porém, devido às próprias condições materiais e culturais da região os médicos e frades não encontravam ali a cama, o pão e o vinho para deliciar o seu gosto.

A privacidade era algo difícil de ser alcançada no cotidiano dessas viagens. Berthet dividia sua tenda com um padre nacional, que espichou sua rede na barraca. Sobrou para o missionário francês, a possibilidade de esticar seu corpo sobre suas malas (1982, p.115). Próximo a Leopoldina, o bispo armou sua tenda, enquanto Berthet e seus companheiros escolheram “um lugarzinho na varanda da casa, [já] nossos camaradas [...] vão *abrigar-se* num imenso rancho onde estão guardados todos os aparelhos que servem ao fabrico do açúcar, da rapadura e da cachaça” (1982, p.119).

Uma das características goianas era a rusticidade das suas moradias. Conforme assinalou um frade dominicano, em Goiás, “quatro paredes bastantes baixas e um telhado rústico, eis em resumo o que chamam de casa. Quando o proprietário é mais rico as paredes são de taipa e cobertas de telhas” (Tapie, 1921, p.16). Geralmente, as casas dos sítiantes eram feitas de ramos de palmeira e cobertas com palhas de babaçu, buriti ou piaçava. Já as casas dos fazendeiros eram feitas de adobe, ou seja, de barro amassado em formas de tijolos. Ao redor das casas, se encontravam currais, chiqueiros, ranchos para o engenho e forno, paiol e

outros depósitos. Quanto ao mobiliário das habitações sertanejas, eles se caracterizavam pela simplicidade. Todos os raros móveis e utensílios eram funcionais, como mesa de madeira, tamborete, banco de madeira, catre, rede, balaies, peneiros, etc. (Caixeta, 2011, p.142) Nessas residências, o frade ou qualquer outro visitante era recebido na varanda da casa.

O dicionário Aurélio define a varanda como uma “espécie de alpendre à frente e/ou envolta das casas, especialmente as do campo”. No Brasil, em regiões com altas temperaturas, a varanda assume a função de atenuar os rigores do clima. Porém, a definição física da varanda não contempla o universo simbólico, a criação e utilização desse espaço de domicílio. A varanda pode ser compreendida como o marco da tênue fronteira entre o mundo exterior e a incipiente intimidade da família. Logo, a varanda, além de extensão do terreiro é também uma fronteira entre o público e o privado, sendo utilizada para dar abrigo e refeição aos viajantes (Souza, 2008, p.136).

Não era comum o fazendeiro oferecer um quarto da casa aos viajantes. “Raras vezes havia um quarto reservado aos padres. Até nas boas casas, via-se obrigado a ‘armar a rede’ na varanda, sempre invadida por numerosos viajantes, mais dispostos a conversar e a fumar do que a dormir e deixar os outros repousar” (Audrin, 1946, p.72). Soma-se ao bate papo dos viajantes, o latirem dos cachorros, no terreiro; o cantarolar dos galos, nos puleiros; o berrar dos bezerros e vacas no curral, tudo isso a atrapalhar o sono e agredir a sensibilidade do missionário que adentrava nos caminhos goianos. Enfim, “a varanda está aberta a toda criação, dos que latem até os que roncam, todos têm direito de cidadania e aproveitam-se disso” (Tapie, 1921, p.17).

Neiva e Penna também experimentaram a varanda como local de pouso: “A casa térrea e abarracada do sítio, tinha uma varanda em alpendre em toda a sua extensão. Aí dormimos em nossas camas de campanha e redes” (1999, p.186). Porém, durante a noite “caiu uma pequena chuva e fomos acordados pelos porcos, cabras e bodes que nos invadiram o alpendre” (1999, p.186). Em várias passagens, os referidos médicos viajantes assinalaram: “dormimos ao relento”. Ou ainda, “jantamos a meia noite, e pouco depois dormíamos derreados sob a copa de frondosa gameleira” (1999, p.214). Nem sempre, porém, a noite era tranquila: “Durante toda a noite ouvimos os gemidos dos mutuns nos matos próximos da casa. Dormimos ao relento mas, alta noite, recolhemo-nos à sala da habitação para fugir à chuva que ameaçava cair” (1999, p.216). Devido à associação entre barbeiro e a doença de Chagas os médicos temiam as moradias sertanejas, a *cafua* foi considerada mais propícia para a morada do barbeiro do que do homem.

Quando a casa era pequena e não tinha varanda oferecia-se aos viajantes o paiol para passar a noite. Como ressaltou Frei Tapie (1921, p.19): “o paiol também era pequeno. [...] Conseguimos, contudo, amarrar nossas redes acima dessas pilas [de milho] que caíam e assim nos instalamos um ao lado do outro balançando alegremente como crianças [...]”. Porém, à noite no paiol não passou sem sustos, principalmente, devido à presença dos ratos que corriam pelo teto de palhas e pelo cantarolar dos galos que teimavam em antecipar o amanhecer. Enfim, “depois da missa o bom José serve o café para todos e nos entrega dois frangos assados e farinha de mandioca para a nossa refeição próxima [...]”. (1921, p.19)

Tanto médicos quanto frades reclamaram da monotonia alimentar, no geral, a alimentação habitual dos viajantes era bem trivial. Quando oferecida por um fazendeiro havia fartura: “o próprio José nos serve uma grande travessa de arroz, duas galinhas e um galo. Para dar-lhes prazer era bom não deixar nada para o dia seguinte”. (Tapie, 1921, p.18) Porém, Frei Tapie reclama que: “Nunca se encontra um pedaço de pão, uma gota de vinho, nada absolutamente que possa deliciar o nosso gosto [...] Muitas vezes, antes de esticar as redes para dormir, o missionário tinha de contentar apenas com uma xícara de café” (1921, p.9). Mesmo quando um sitiante ou um fazendeiro mandavam preparar fartas refeições para os frades, havia certo desconforto frente à rusticidade dos costumes sertanejos, como ressaltava Frei Gallais:

Em casa, nos preparam uma refeição que lembram aquelas do herói de Homero. Entre outras iguarias com efeito, nos servem um quarto de porco enorme. Imaginem um grande porco cortado em quatro e uma das metades da garupa exposta em grande tabuleiro de tábua. [...] Não sabemos como atacar esta peça. Mas o dono da casa se encarrega de no-lo destroçar e nos serve fatias gigantes. É a abundância (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA. Vol.12, s.d, p.21).

A alimentação ressaltava a confrontação entre distintas sensibilidades. Enquanto os dominicanos e os médicos ansiavam pelo pão, pelo vinho e pelas hortaliças, os sertanejos deliciavam-se com as carnes de caça, os peixes, os frangos, porcos e com os diferentes alimentos encontrados no cerrado, nas matas e nos rios. Durante a viagem, a comitiva precisava conseguir reforçar a alimentação da tropa e dos viajantes, como ressaltaram Neiva e Penna: “Vão-nos faltando recursos. Estamos sem carne e feijão. O milho acabou-se”. (1999, p.214) No dia seguinte anotaram: “Compramos milho, feijão, toucinho, dois cabritos, dois perus e 6 galinhas, uma verdadeira fartura” (1999, p.215). Eles conseguiram também milho para a tropa, que vinha se arrastando de fraqueza pelos caminhos. Nas palavras de Neiva e

Penna: “Os camaradas diziam com razão que *o que aguenta burro em viagem é milho* e ao camarada farinha e rapadura”(1999, p.218).

Os médicos-viajantes estranharam o fato dos goianos não se importarem com o dinheiro oferecido em pagamento da alimentação: “Desde que entramos em Goiáz, a nossa principal moeda para obter dos habitantes que nos forneçam ovos, galinhas, mandioca, batata doce, etc., tem sido carrinhos de linha, agulhas, alfinetes e artigos de fantasia” (1999, p.215). A despreocupação dos sertanejos com relação ao acúmulo de papéis moeda mostra-se para Neiva e Penna o quanto os sertões estão distantes do litoral. Porém, o que faltou ressaltar foi a hospitalidade desses brasileiros do interior que forneciam a alimentação, proteção e orientação aos viajantes pelos antigos caminhos de Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neiva e Penna criticaram a inexistência de meios de transportes modernos em Goiás. Trafegava-se por caminhos, chamados de trilhos transitados pelo homem, pelo cavalo e pelas compridas fileiras de burros cargueiros (Peregrino, 1942, p.13). O transporte de cargas se fazia por meio de muares e os animais não eram ferrados (Neiva e Penna, 1999, p.171). Palacín, narrou as peripécias de um padre, o padre João de Souza Lima de Boa Vista, o qual, ao ser eleito deputado estadual em 1909, decidiu que o caminho mais longo seria o menos difícil: foi de “bote pelo Tocantins até Belém, depois embarcando para o Rio e, do Rio pela estrada de ferro até Uberaba e daí a lombo de burro até Goiás. A circulação de pessoas e produtos pela região só se fazia enfrentando os dificultosos caminhos dos rios Araguaia e Tocantins ou as longas jornadas no lombo dos animais, como testemunharam os próprios médicos viajantes.

Após percorrer dias e meses em sofrida viagem em lombo de animais, Neiva e Penna afirmaram que a expedição ao interior do Brasil mais parecia uma viagem de volta a um passado sem fausto, onde tudo parecia ter parado e degradado com o passar do tempo, em especial os próprios homens. Tudo isso era sinal da ausência do poder público, da doença e do ativismo dos sertanejos. Situação que degradava os próprios viajantes:

Era tempo. As nossas montarias estavam em petição de miséria, com os cascos comidos pelo cascalho das estradas, cançadas, trôpegas de fazer dó. Deixamos os animais fora da cidade e preferimos entrar a pé, embora não estivessem muito *cathólicos* os nossos trajes. Em todo caso, eramos menos ridículos assim, de que montados em animais esfalfados, n’uma terra, onde os cavaleiros fazem garbo de suas montarias bem postas. [...] Não podíamos mais viajar com a tropa, que trazíamos desde Petrolina. Os nossos burros

viajavam desde 16 de abril, há cinco meses, portanto, tendo realizado um percurso de cerca de 500 legoas. Estavam exaustos, pisados e sem cascos. (Neiva e Penna, 1999, p.219-220)

Certamente, o significado profundo da viagem vai além do cansaço e da monotonia assinalado pelos médicos. Segundo eles, essa implicou em decepção e desapontamento. Eles acabaram sublinhando os aspectos negativos encontrados no interior do Brasil, em especial em Goiás e afirmaram que se fossem escrever um poema para descrever o sertão, este seria trágico. Ele contaria as misérias e as desgraças dos seus habitantes, destruiria toda a poesia do viver no campo, seus encantos, a fartura do solo, a saúde das populações e a generosidade da natureza. Este poema denunciaria o quadro infernal, que só poderia ser perfeito se descrito pelo Dante imortal.¹⁰ Logo, os sertões “que conhecemos, quer os do extremo norte, quer os centrais quer os do norte de Minas são pedaços do purgatório, como nol’o pintam os padres, onde se purgam os pecados em vida (...)” (1999, p.222). A impressão negativa do interior do Brasil e dos brasileiros vem reforçada com o argumento de autoridade dos frades: os sertões eram um “pedaço do purgatório”.

Enfim, Neiva e Penna diagnosticaram que só com uma presença mais efetiva do Estado na região os problemas encontrados poderiam ser solucionados. As imagens de Goiás e de sua gente são reveladoras e reiteradoras da fronteira que separava o Brasil dos brasileiros e os brasileiros entre si “em razão das diferenças de classe, raça, etnia, religião, escolaridade, ocupação, domicílio, gênero e região, dentre as principais” (Muniz, 2011, p.24). Consequentemente, esses “retratos” fixaram uma maneira de ver a região e os seus habitantes que, por sua vez, são parte do funcionamento do imaginário da sociedade brasileira.

Assim, também as primeiras narrativas de viagens dos frades da Ordem dominicana não propagaram imagens positivas de Goiás e sua gente. Ora, se o clero goiano leva uma vida “profana” e não se interessava pela formação moral e religiosa dos fiéis, eles só podiam estar mergulhados nas trevas da ignorância e do erro, afirma Frei Berthet (1982). Os católicos não conheciam os fundamentos da fé, nem participavam dos sacramentos, “o estado moral deste povo é dos mais lamentáveis, e o único remédio seria enviar-lhes bons padres” (Berthet, 1982, 151-152). Para o frade, a prática católica carecia de direcionamento oferecido por “bons padres”, do contrário: “encontra-se a ignorância mais crassa entre esta pobre gente, que vive sem fé e morre sem sacramentos, sob o peso dos pecados mais monstruosos ” (1982, 152).

¹⁰ Neiva e Penna associaram os sertões à obra clássica de Dante Alighieri “A Divina Comédia”. Uma trilogia onde o autor imagina uma viagem além-túmulo passando pelo inferno, purgatório e atingindo o céu.

Para ele, “bons padres” só podiam ser os padres estrangeiros comprometidos com a “reforma” dos católicos. Não por acaso, em 1886, foi fundado o Convento das Mercês, em Porto Imperial.

Certamente, os frades dominicanos ao tratar das perigosas viagens pelos rios e florestas, das precárias condições do “pouso” e da alimentação; dos longos jejuns e dos “sofrimentos” imputados aos corpos no clima equatorial; da “ignorância” dos fiéis com relação à doutrina católica, também alimentaram intenções estratégicas. Eles pretendiam não apenas registrar a experiência da viagem – amplamente consumidas na França - e exaltar o espírito de sacrifício dos missionários, mas, fundamentalmente, justificar a presença dos dominicanos na diocese de Goiás e sua luta pelo fortalecimento da instituição eclesiástica no interior do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AUDRIN, José Maria. *Entre Sertanejos e Índios do Norte*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.
- _____. *Os Sertanejos que eu conheci*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1963.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- BERTHET, Michel L. Uma viagem de missão pelo interior do Brasil. In: *Memórias Goianas*. Goiânia: UCG, 1982. p. 109-170.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja frente aos Estados liberais 1880-1930. In: DUSSEL, Enrique. *Historia Liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992. p.177-222.
- CAIXETA, Vera Lúcia. *Médicos, Padres, Sertões: o Norte de Goiás no Relatório de Arthur Neiva e Belisário Penna e nas Narrativas dos Seus Interlocutores Goianos (1916-1959)*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2011.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. 2 ed. Coimbra: Almedina, 2011.
- CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: _____. *A Escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p.65-106.
- COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA. Juiz de Fora, s.d.
- GALLAIS, Estevão. *Uma catequese entre os índios do Araguaia*. Salvador: Progresso, 1954.
- HERMANN, Jacqueline. Religião e Política no Alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília de Almeida (Orgs.). *O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed., São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. *História e Memória*. 5 ed. São Paulo: UNICAMP, 2003, p.525-539.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- _____. Missões Civilizatórias da República e Interpretações do Brasil. *Hist. Ciência-Saúde-Manguinhos*. [on line] Vol. 5. Suppl. 1998, p.164-188.

- MELLO, Ceres Rodrigues. O sertão nordestino e suas permanências (séculos XVI-XIX). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Vol.148., n.356, jul/set. 1987, p.283-311.
- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O Refrão da Nação/Civilização e uma Dupla Sertaneja: viajantes estrangeiros e o interior do Brasil Oitocentista. In. MUNIZ, Diva C. G. e SENA, Ernesto Cerqueira.(orgs.). *Nação, Civilização e História: Leituras SDertanejas*. Goiânia: PUC, 2011, p.21-48.
- NEIVA, Arthur e PENNA, Belisário. *Viagem Científica Pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás*. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999.
- PATERNOSTRO, Júlio. *Viagem ao Tocantins*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945.
- PECAUT. M. *A Instituições Religiosas*. 2 ed; São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.
- PEREGRINO, Humberto. *Imagens do Tocantins e da Amazônia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003
- SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: _____. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil : cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. V.1. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p.41-82.
- SOUZA, Robério Américo do Carmo. “*Vaqueiros de Deus*”: a expansão protestante pelo sertão cearense, nas primeiras décadas do século XX. Tese de Doutorado. UFF, 2008.
- SUSSENKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador; a viagem*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- TAPIE. H. *Feuilles de Route d'un missionnaire chez les peaux-rouges*. 2 ed., s. ed., 1921. Tradução livre.
- TOURNIER, Reginaldo. *Lá Longe no Araguaia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.
-

Vera Lucia Caixeta

Doutora em História Social pela UFRJ. Mestre em História pela Universidade de Brasília. Desde novembro de 2005 é professora da Fundação Universidade Federal do Tocantins nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História. Em 2014 foi incorporada ao Programa de Pós-Graduação em História, PROFHISTÓRIA.

E-mail: caixeta@uol.com.br

Endereço: Rua 03, Quadra 17, Lote 11, S/Nº, Setor Jardim dos Ipês / CEP: 77500-000 / Porto Nacional - TO